

SP DEMOGRÁFICO

Resenha de Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo

Ano 12 – nº 3

Outubro 2012

Mudanças nos componentes da dinâmica demográfica paulista

O crescimento populacional de São Paulo na última década foi o menor desde 1950, fruto de uma acentuada queda da fecundidade, combinada à redução do ritmo migratório. A Fundação Seade estima que essa tendência de redução do ritmo de crescimento populacional se acentue nos próximos anos.

O Estado de São Paulo há várias décadas destaca-se como a principal área de concentração populacional do país. Em 2010, segundo o Censo Demográfico do IBGE, sua população somava 41,2 milhões de habitantes – o que equivale a um acréscimo de 4,2 milhões de pessoas em relação a 2000 – representando 21,6% do total do Brasil e 51,3% da Região Sudeste. Sua população é mais que o dobro daquela residente em Minas Gerais, que ocupa a segunda posição no país. Na América do Sul, esse contingente populacional é superado apenas pelo da Colômbia e fica praticamente igual ao da Argentina.

São Paulo sempre cresceu a taxas superiores à média nacional e, na década de 1950, exibiu a mais elevada taxa de crescimento de sua história, 3,6% ao ano, enquanto o país crescia a 3,2%. Até os anos 1970, o ritmo de crescimento paulista permaneceu neste patamar, quando então iniciou contínuo processo de desaceleração, atingindo, entre 1991 e 2000, metade do valor registrado no período de pico (1,8%), mas ainda em ritmo mais elevado que a média nacional. Porém esta tendência inverteu-se na primeira década do século XXI e a taxa observada de 1,09% ao ano fica levemente inferior àquela registrada pelo total da população brasileira (1,17%).

Os Censos Demográficos realizados pelo IBGE, combinados com as Estatísticas Vitais processadas e organizadas pela Fundação Seade, com base nas informações enviadas pelos Cartórios de Registro Civil do Estado de São Paulo, permitem decompor o crescimento populacional nos componentes migratório e vegetativo e interpretar a dinâmica demográfica paulista.

Tabela 1Evolução da população, por componentes vegetativo e migratório
Estado de São Paulo – 1970-2010

| Anos | População | Crescimento médio anual (N ^{os} abs.) | Saldo vegetativo médio anual | Saldo migratório médio anual | Componentes (%) | | Taxas de crescimento anual (%) |
|------|------------|--|------------------------------|------------------------------|-----------------|------------|--------------------------------|
| | | | | | Vegetativo | Migratório | |
| 1970 | 17.670.013 | 728.323 | 420.006 | 308.317 | 57,67 | 42,33 | 3,51 |
| 1980 | 24.953.238 | 589.367 | 536.034 | 53.333 | 90,95 | 9,05 | 2,12 |
| 1991 | 31.436.273 | 615.345 | 467.902 | 147.443 | 76,04 | 23,96 | 1,82 |
| 2000 | 36.974.378 | 424.931 | 377.666 | 47.265 | 88,88 | 11,12 | 1,09 |
| 2010 | 41.223.683 | | | | | | |

Fonte: Fundação Seade; IBGE.

A evolução do crescimento médio da população paulista apresentada na Tabela 1 revela que a primeira década do século XXI registrou os menores volumes médios anuais de saldo vegetativo (diferença entre nascimentos e óbitos) e saldo migratório (diferença entre entrada e saída de migrantes): 377.666 e 47.265 pessoas, respectivamente.

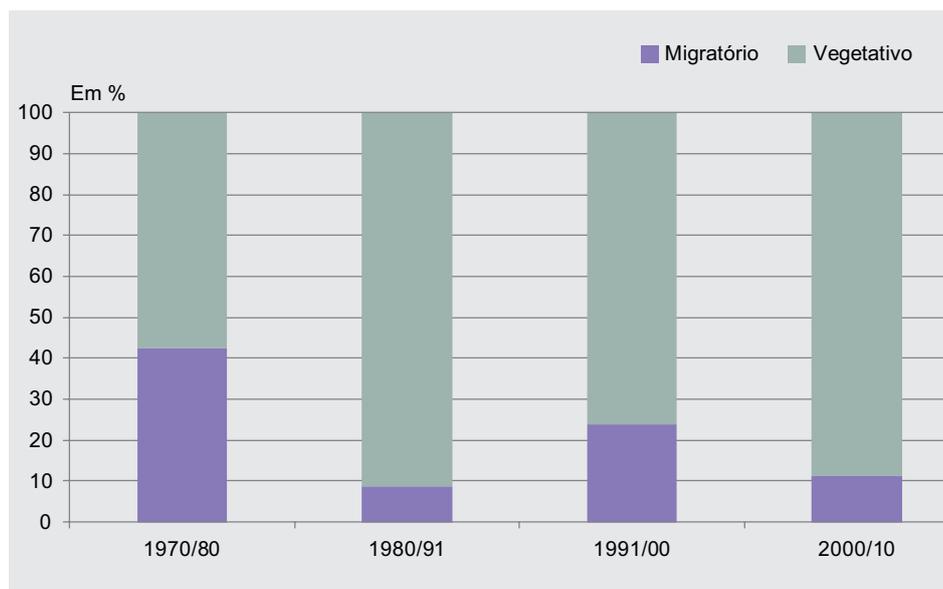
A participação do saldo migratório teve seu auge na década de 1970, quando respondeu por 42,33% do crescimento total. Nos anos 1980, essa participação diminuiu bastante e chegou a representar apenas 9,05% do crescimento médio total, recuperando-se na última década do século XX, quando passou a responder por 23,96% do aumento da população residente no Estado e voltando novamente a diminuir nos últimos dez anos.

Também o saldo vegetativo oscilou no período analisado, atingindo seu auge em termos absolutos na década de 1980, com uma média anual de 536.034 pessoas e respondendo por 90,95% do crescimento total da população. Na década anterior havia participado com 57,67% e, entre 1991 e 2000, com 76,04% do aumento da população paulista. Vale ressaltar que na primeira década do século XXI o saldo vegetativo, apesar de reduzir seu volume, foi responsável por 88,88% deste crescimento.

A desaceleração no ritmo de crescimento registrado nas últimas décadas, provocada pela interação entre queda nos níveis de fecundidade, aumento da longevidade e redução das taxas de migração, produziu importantes alterações na estrutura etária paulista e na participação dos distintos segmentos que integram a população.

Gráfico 1

Participação dos componentes vegetativo e migratório
no crescimento populacional
Estado de São Paulo – 1970-2010



Fonte: Fundação Seade.

Queda nos níveis da fecundidade

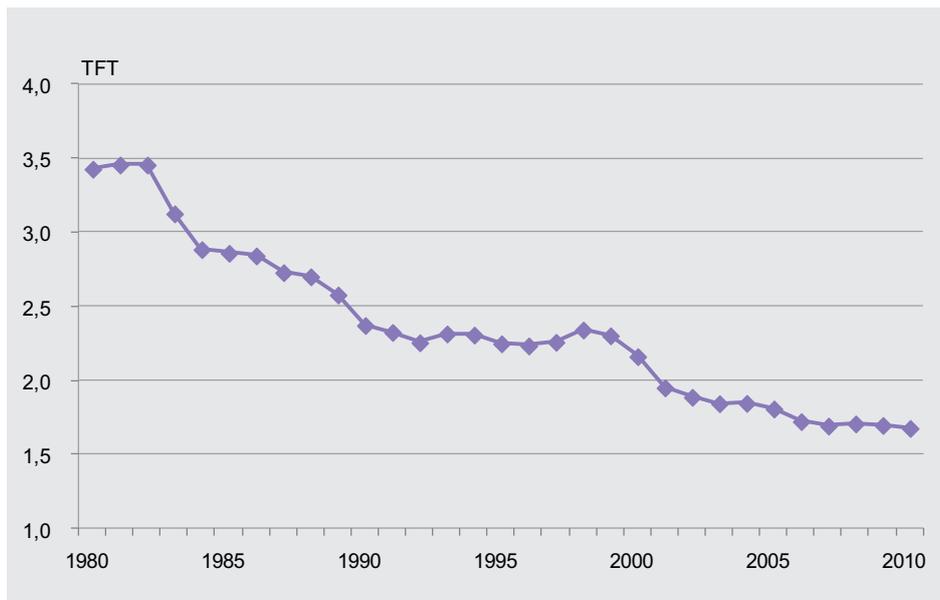
A fecundidade, que em conjunto com a mortalidade e a migração, define o ritmo do crescimento populacional, é, de fato, a variável demográfica de maior determinação nas transformações da estrutura etária da população e no atual processo de envelhecimento demográfico que se verifica mundialmente. É bastante conhecida a associação existente entre fecundidade, nível socioeconômico e condições de vida da população, e seu declínio depende, em grande medida, da disponibilidade e difusão de métodos contraceptivos de alta eficácia. Todos esses fatores se refletem no comportamento reprodutivo dos diferentes grupos etários da população feminina, e suas características constituem subsídio importante para a elaboração de programas e políticas nas áreas de saúde reprodutiva, saúde materno-infantil, entre outras.

Os indicadores de fecundidade para o Estado de São Paulo são elaborados com base nas informações sobre nascidos vivos e projeções da população feminina produzidas pela Fundação Seade. A combinação de tais informações permite o monitoramento contínuo do número médio de filhos por mulher, que representa o nível da fecundidade, e de sua distribuição detalhada por idade, que caracteriza o padrão etário da fecundidade.

A fecundidade da mulher paulista apresenta tendência de queda desde a década de 1960, com períodos de maior e menor variação, e também

de estabilidade. A taxa calculada para 2010 indica que sua população feminina tem em média 1,7 filho, valor abaixo do nível de reposição,¹ e praticamente a metade do registrado em 1980. O nível de reposição foi alcançado nos primeiros anos da década de 2000, o que já era esperado devido à aceleração no comportamento de queda da fecundidade ocorrida no início da década de 1980. Durante os anos 1990, a taxa permaneceu estável e retomou a tendência de queda por volta de 2000 até os dias de hoje (Gráfico 2).

Gráfico 2
Taxas de Fecundidade Total (1)
Estado de São Paulo – 1980-2010



Fonte: Fundação Seade.
(1) Número médio de filhos por mulher.

O comportamento da fecundidade nos diferentes grupos etários não tem sido homogêneo ao longo dos períodos. As taxas por idade revelam valores mais baixos nas idades extremas: jovens com menos de 20 anos ou mulheres com mais de 40 anos, enquanto as maiores taxas ocorrem em mulheres de 20 a 29 anos. Entre 1980 e 2010, verifica-se importante mudança no padrão da fecundidade por idade da mulher paulista (Gráfico 3).

A redução observada nos níveis da fecundidade está associada ao diferencial de variação ocorrida na estrutura etária deste componente demográfico, que é variável em intensidade e ao longo do tempo.

Em 2010, a fecundidade da mulher paulista caracteriza-se por apresentar nível reduzido (1,7 filho por mulher) e estrutura etária mais dilatada, com as maiores taxas entre as idades 20 e 29 anos, seguida de perto pelo grupo etário 30 a 34 anos, que voltou a superar a taxa das mais jovens.

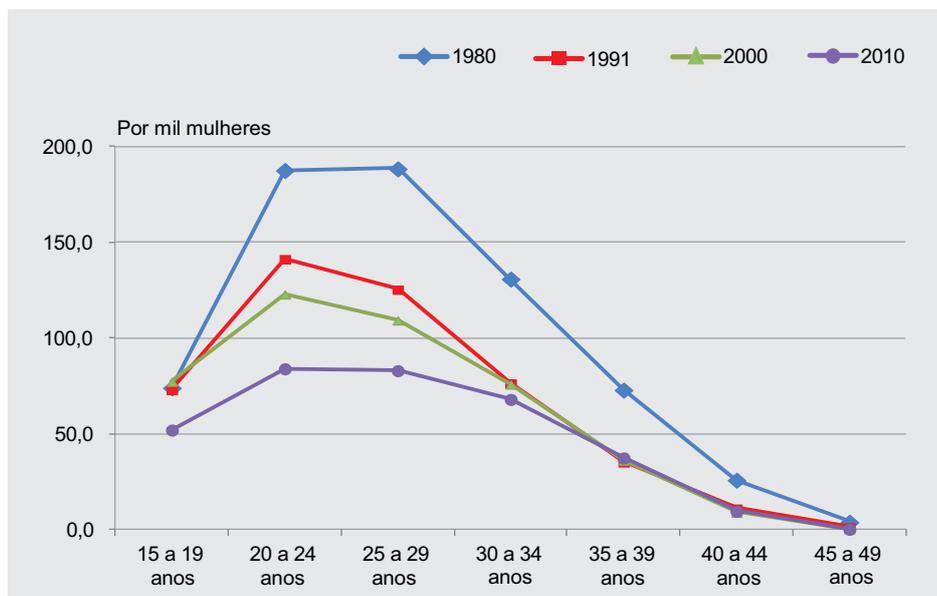
1. O nível de reposição é o valor da taxa de fecundidade que garante a reposição das gerações, que é de aproximadamente 2,1 filhos por mulher, dadas as características demográficas da população paulista.

Nos anos 1980, a fecundidade também era mais elevada entre as mulheres de 20 a 29 anos, mas observava-se maior diferença com relação aos demais grupos etários. Na década seguinte, a curva tornou-se mais rejuvenescida, com a maior taxa ocorrendo no grupo de 20 a 24 anos, além da elevada taxa no de 15 a 19 anos.

No Estado de São Paulo, assim como no total do país, no início do processo de transição a redução da fecundidade foi mais intensa entre as mulheres mais velhas. Entre 1980 e 1991, observa-se redução nas taxas de todas as idades do período reprodutivo, com exceção das mulheres mais jovens, com menos de 20 anos, cuja taxa se manteve praticamente inalterada até 2000. A estagnação da fecundidade das jovens de 15 a 19 anos, no período 1980 a 2000, foi muito estudada e nomeou-se este fenômeno como “gravidez na adolescência”. Na década de 1990, a diminuição incidiu mais entre as mulheres de 20 a 29 anos e tornou-se bem reduzida para aquelas com mais de 35 anos. Na primeira década do século XXI, porém, a fecundidade das mulheres mais jovens retomou a tendência de queda, enquanto a taxa das mulheres mais velhas permaneceu praticamente estável.

Gráfico 3

Taxas de fecundidade, por grupos de idade (1)
Estado de São Paulo – 1980-2010



Fonte: Fundação Seade.
(1) Por mil mulheres de cada grupo etário.

Aumento da longevidade

A longevidade dos indivíduos de uma comunidade é consequência de uma complexa cadeia de fatores: nível educacional, que implica maior informação sobre as doenças transmissíveis e melhores padrões de higiene; nível de rendimento familiar, que interfere nos padrões nutricionais e de habitação; condições ambientais dos locais de residência e trabalho, incluindo a qualidade do saneamento e os níveis de poluição; hábitos alimentares; níveis de consumo de tabaco, álcool e drogas; etc.

Considera-se também o fator segurança, que se reflete nos riscos de acidentes de toda natureza e na incidência de agressões e demais causas violentas, que são multiplicadores de mortes prematuras.

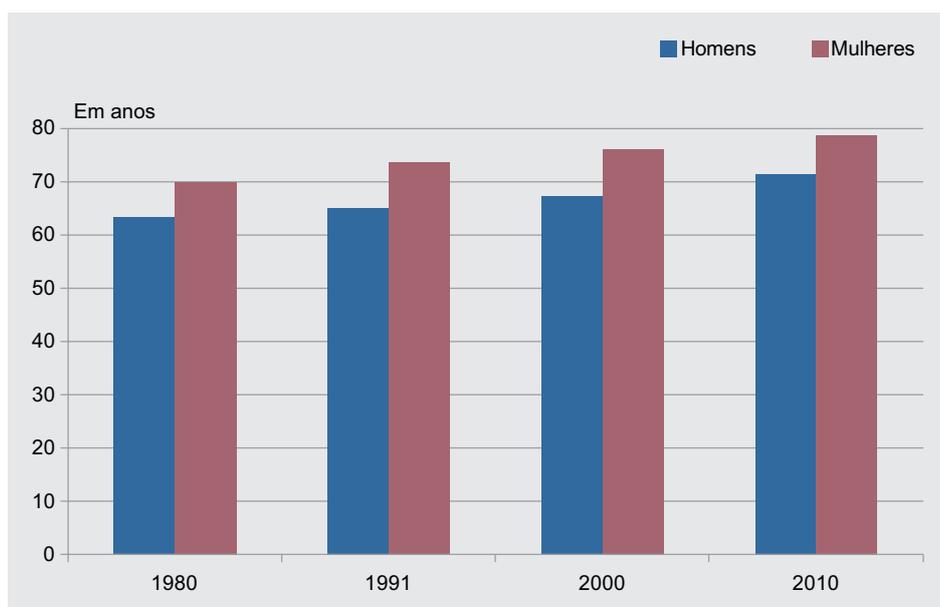
Nesse sentido, a esperança de vida ao nascer é um indicador síntese de longevidade, permitindo retratar as condições de saúde e sobrevivência de uma população. Trata-se de um dos indicadores demográficos mais disseminados e está sempre presente nos relatórios e publicações das Nações Unidas.

Nos últimos 30 anos, a esperança de vida ao nascer da população residente no Estado de São Paulo, calculada com as estatísticas vitais produzidas no Seade, aumentou 8,4 anos, sendo que 3,5 anos na última década, atingindo 75,1 anos. Entre 2000 e 2010, o ganho foi mais significativo para a população masculina, que de 67,2 avançou para 71,5 anos, resultando em um aumento de 4,3 anos na vida média do homem paulista.

Para as mulheres, o acréscimo foi de 2,4 anos, tendo o indicador passado de 76,2 para 78,6 anos. Dessa forma, a diferença na esperança de vida entre homens e mulheres no período diminuiu de 9,0 para 7,1 anos.

O Gráfico 4 mostra a tendência da evolução da esperança de vida, masculina e feminina, no período considerado e deixa evidente o aumento da diferença de vida média entre homens e mulheres até 2000 e a redução significativa em 2010.

Gráfico 4
Esperança de vida ao nascer, segundo sexo
Estado de São Paulo – 1980-2010



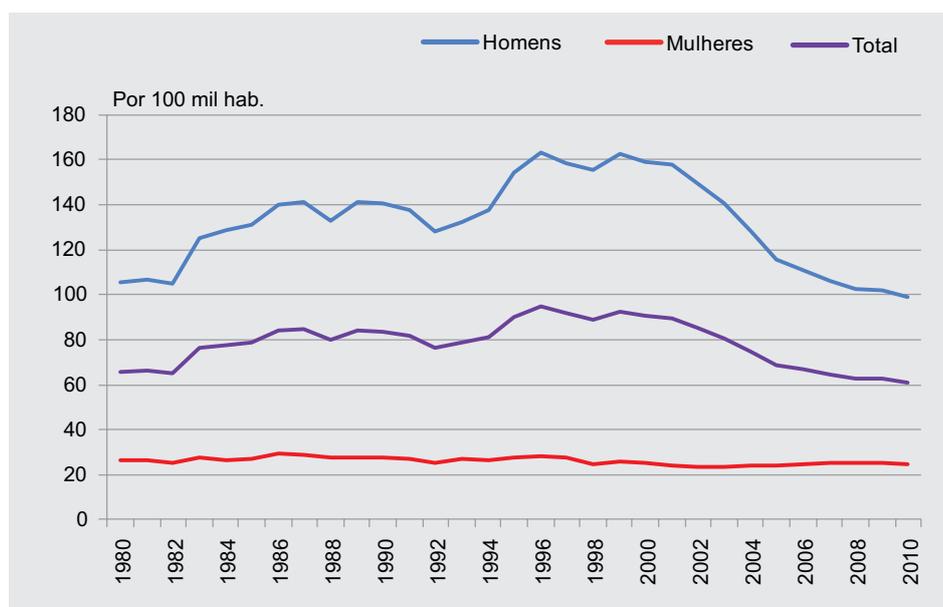
Fonte: Fundação Seade.

Essa elevada diferença entre os sexos é uma característica marcante da evolução da mortalidade paulista. A sobremortalidade masculina, fenômeno demográfico mundial, encontra-se presente tanto nas causas de morte naturais quanto nas externas (acidentes, agressões, etc.), mas é nessas últimas que se verificam os indicadores mais expressivos.

O Gráfico 5 mostra a tendência das taxas de mortalidade por causas externas no Estado de São Paulo, entre 1980 e 2010. Nos primeiros 20 anos, observa-se um aumento significativo dessas taxas na população masculina, atingindo o patamar mais elevado em torno do ano 2000. Depois disso, a tendência muda de sentido, passando a ocorrer uma importante redução das taxas até 2010.

Cabe assinalar que essa tendência decrescente do risco de morte por causas externas reconduziu as taxas desse grupo de causas ao patamar de 1980, tendo sido determinante no maior avanço da esperança de vida masculina nessa última década.

Gráfico 5
Taxas de mortalidade por causas externas, segundo sexo
Estado de São Paulo – 1980-2010



Fonte: Fundação Seade.

Redução do componente migratório

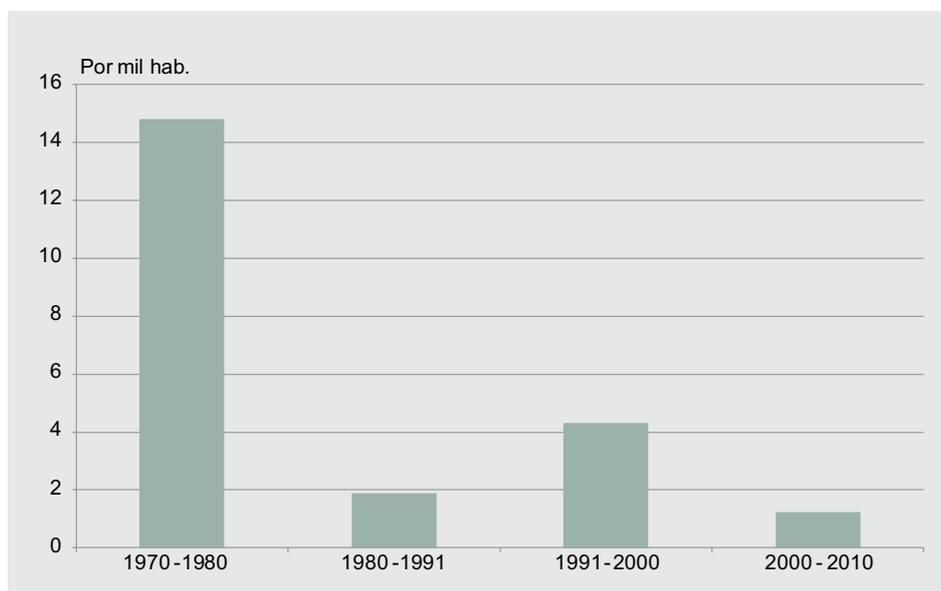
Como mencionado anteriormente, na primeira década do século XXI, verificou-se redução da migração no Estado de São Paulo, quando o saldo migratório correspondeu a 47.265 pessoas ao ano e foi responsável por 11,1% do crescimento absoluto da população paulista. Essa proporção equivale apenas à quarta parte do que a migração já representou para este crescimento no período de maior expansão migratória, entre 1970 e 1980, quando alcançou 42,3%. Vale destacar também que esse saldo migratório da última década foi o menor registrado na história recente do Estado.

Outro indicador para acompanhar as tendências da migração no Estado é a taxa de migração, que corresponde à razão entre o saldo migratório anual e a população média anual de determinada área. A taxa de migração possibilita dimensionar o impacto do saldo migratório no volume da população.

Para o conjunto do Estado de São Paulo, o comportamento desse indicador revela que, na última década, diminuiu o impacto do componente migratório no volume populacional. Entre 2000 e 2010, a taxa de migração foi de 1,2 migrante ao ano por mil habitantes, inferior até mesmo à registrada nos anos 1980 (1,9 migrante), período de maior redução da migração no Estado. Vale destacar que, na década de 1970, momento de maior intensidade migratória em São Paulo, a taxa chegou a alcançar 14,8 migrantes ao ano por mil habitantes.

Gráfico 6

Taxas líquidas de migração
Estado de São Paulo – 1970-2010



Fonte: Fundação Seade.

Segundo o último Censo Demográfico, entre 2005 e 2010, o Estado de São Paulo recebeu 1,1 milhão de pessoas de outros Estados brasileiros, o que equivale a 10,6% a menos do volume de imigrantes entre 1995 e 2000 (1,2 milhão de pessoas).

Entre as pessoas que chegaram ao Estado de São Paulo predominaram os nordestinos (56,7%); mas sua participação relativa diminuiu em comparação ao período anterior, quando representavam 57,7% dos imigrantes do Estado. Entre os migrantes nordestinos, sobressaíram os procedentes da Bahia (21,1%), Pernambuco (8,9%) e Ceará (6,0%). Na Região Sudeste, destacou-se Minas Gerais, responsável por praticamente 16,4% dos imigrantes para o Estado de São Paulo, e na Região Sul, os procedentes do Paraná, com 8,4%.

Entre 2005 e 2010, 788 mil pessoas saíram de São Paulo para outros Estados brasileiros, enquanto no período 1995 a 2000, este número foi de 884 mil pessoas, indicando redução de 10,8% no volume de emigrantes do Estado.

O Nordeste mostrou-se como a principal área de destino destes fluxos, respondendo por 36,1% dos emigrantes. Os estados preferenciais foram Bahia, Pernambuco e Ceará, que absorveram, em conjunto, 23,3% dos emigrantes de São Paulo. No Sudeste sobressaiu Minas Gerais (19,7%) e, no Sul, o Paraná (15,2%).

Alterações na estrutura etária

População idosa (60 anos e mais) foi a que mais cresceu.
A dos menores de 15 anos atingiu o menor percentual.

As pirâmides etárias permitem visualizar as intensas transformações que vêm ocorrendo na estrutura por idade e sexo da população paulista entre 1980 e 2010. Em 2010, 21,5% da população tinha entre 0 e 14 anos de idade, enquanto em 1980 este grupo concentrava 33,0%. Observa-se claramente o envelhecimento da população no Estado, processo que se intensificou nos últimos anos. A população idosa, representada pelo contingente com mais de 60 anos, é a parcela que mais cresceu nos últimos anos: respondia em 1980 por 6,4% da população e, em 2010, por 11,6%. A população adulta e potencialmente ativa entre 15 e 59 anos também aumentou sua concentração: de 60,6% para 66,9%, entre 1980 e 2010.

A razão entre os sexos também se modificou bastante neste período. Em 2010, havia 95 homens para cada 100 mulheres, enquanto em 1980 o equilíbrio era perfeito. Entretanto, é na população idosa que ocorrem as maiores diferenças entre as populações por sexo: em 2010, esta razão foi de 76 homens para cada 100 mulheres, contra 86 em 1980.

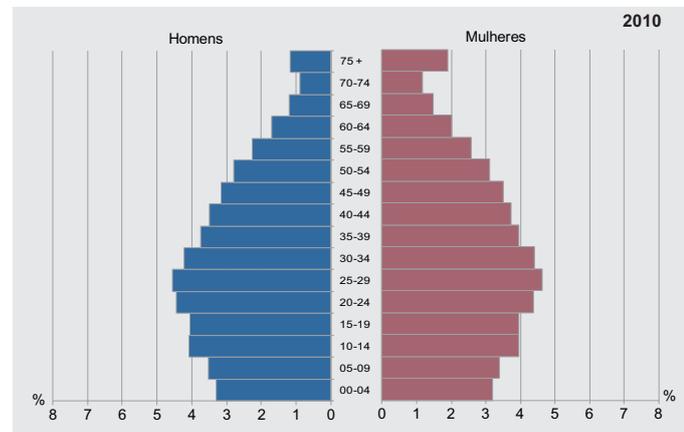
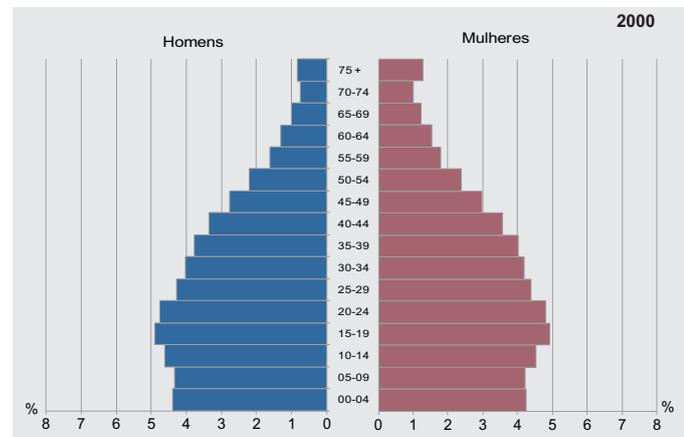
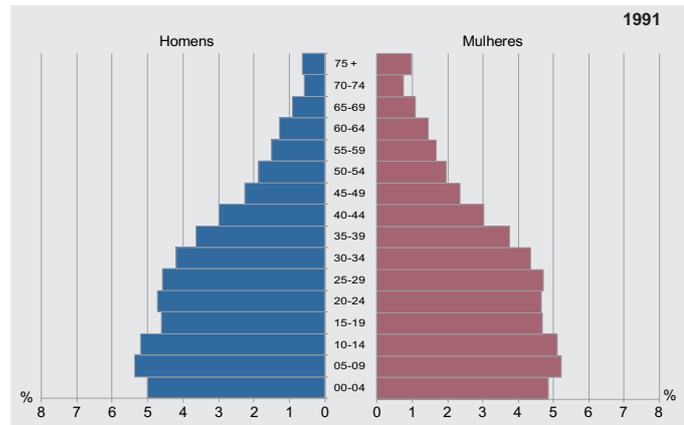
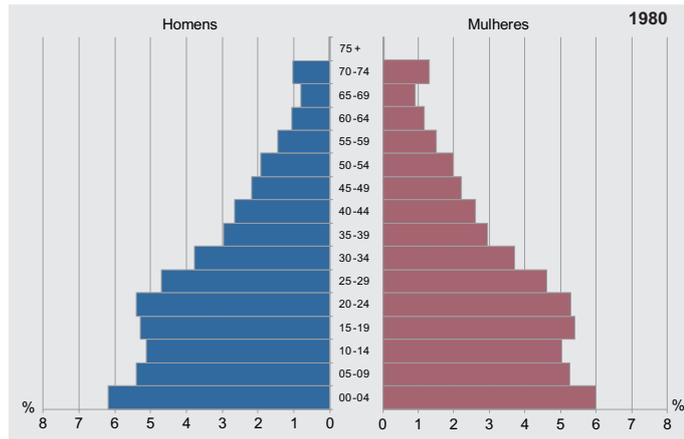
A população de menores de 15 anos apresentou crescimento negativo na última década (-0,85%), depois de relativa estabilidade entre 1991 e 2000 e crescimento na década de 1980.

O segmento de jovens de 15 a 29 anos responde pelo maior contingente populacional desde 1991 e, apesar de sempre registrar crescimento positivo, reduziu muito esta intensidade na última década, registrando aumento de apenas 0,31% ao ano. A população adulta, entre 30 e 44 anos, mesmo apresentando crescimento de 1,24% ao ano, pouco superior à média da população total entre 2000 e 2010, teve redução sistemática no ritmo desse aumento nas três décadas analisadas.

Por outro lado, a população maior de 45 anos foi a que mais se ampliou neste período. Entre 2000 e 2010, o contingente populacional com idades entre 45 e 59 anos cresceu a 3,17% ao ano, e aqueles com mais de 60 anos a 3,37%. Ressalte-se que apenas este último grupo etário manteve sistematicamente taxas de crescimento crescentes nos últimos 30 anos.

Gráfico 7

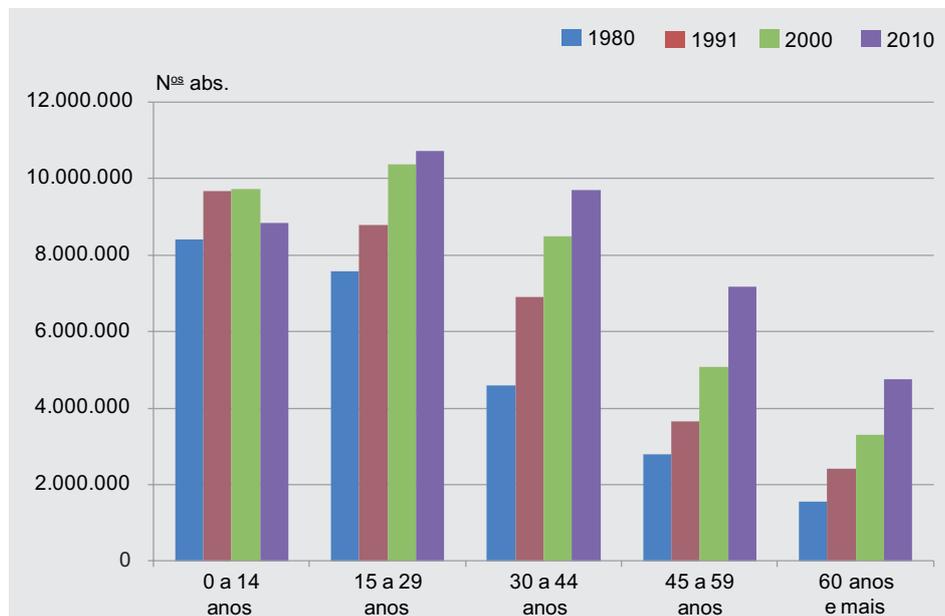
Pirâmides etárias da população, por sexo Estado de São Paulo – 1980-2010



Fonte: Fundação Seade; IBGE.

O Gráfico 8 mostra o diferencial na evolução histórica da população residente no Estado de São Paulo, segundo grupos de idade.

Gráfico 8
População, por grupos de idade
Estado de São Paulo – 1980-2010



Fonte: Fundação Seade; IBGE.

Considerações finais

Observam-se mudanças importantes na dinâmica demográfica paulista, nas últimas décadas, sobretudo aquelas relacionadas com a diminuição no ritmo de crescimento. Tal comportamento é resultado da interação entre a queda da fecundidade – cuja taxa atingiu, em 2010, o patamar de 1,7 filho por mulher –, a longevidade crescente, alcançando 71,5 anos para os homens e 78,6 anos para as mulheres, e a participação reduzida da migração, cuja taxa diminuiu para 1,2 migrante ao ano por mil habitantes.

Essa menor intensidade de crescimento demográfico vem acompanhada de mudanças importantes no perfil da população residente no Estado de São Paulo, que é hoje marcadamente adulta, com idade média de 33,4 anos, sendo que sua distribuição etária já perdeu a forma piramidal apresentada no passado. Verificam-se diminuição dos grupos etários mais jovens e contínuo processo de envelhecimento. Como resultado, tem-se aumento progressivo do segmento populacional idoso, que exige da sociedade programas e políticas públicas setoriais específicas voltadas para o atendimento das necessidades dessa faixa etária e para garantir a equidade entre as gerações.



Governador do Estado
Geraldo Alckmin

Vice-Governador
Guilherme Afif Domingos

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Julio Semeghini

SEADE
Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados

Diretora Executiva
Maria Helena Guimarães de Castro

Diretora Adjunta Administrativa e Financeira
Sílvia Anette Kneip (respondendo pelo expediente)

Diretor Adjunto de Análise e Disseminação de Informações
Haroldo da Gama Torres

Diretora Adjunta de Metodologia e Produção de Dados
Margareth Izumi Watanabe

Chefia de Gabinete
Ana Celeste de Alvarenga Cruz

SP DEMOGRÁFICO

Produção
Gerência de Indicadores e Estudos Populacionais (Gepop)

Autoria
Bernadette Cunha Waldvogel
Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira
Lúcia Mayumi Yazaki
Sonia Regina Perillo
Valmir José Aranha

Edição
Assessoria de Editoração e Arte (Aedar)

Av. Cásper Líbero 464 – 01033-000 – São Paulo – SP
Fone (11) 3324-7200 – Fax (11) 3324-7297
www.seade.gov.br ouvidoria@seade.gov.br sicseade@seade.gov.br

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.